

Desinformação e Falsas Etimologias na Internet: As Legitimidades da Língua do Povo¹

Gabriel Contini Abilio ²

Resumo expandido

Abundam na internet, principalmente nas redes sociais, publicações intituladas como “A Verdadeira Origem da Expressão ...” ou “Expressões que Você Sempre Usou Errado”, além daquelas em caráter de censura, com títulos iniciando com algo como “Porque Não Se Deve Dizer ...”. Tais postagens, sejam em vídeos ou textos, normalmente se valem do uso de etimologias para justificar suas alegações. Todavia, em sua imensa maioria, além dos títulos sensacionalistas, essas postagens carregam diversas informações inverídicas, fazendo com que a publicação como um todo atue como uma desordem informacional. Facilmente encontram-se conteúdos (des)informando expressões, tais como que a expressão “Quem não tem cão caça com gato” deveria ser “Quem não tem cão caça **como** gato”, ou “Cuspido e escarrado” seria, na verdade, “Esculpido em Carrara”. Da mesma forma, por motivos de empoderamento racial ou de gênero, encontram-se falsas etimologias como argumento para a alteração de termos como “Criado-mudo”, alegando-se que o nome do móvel viria de uma figura de homem escravizado dos tempos coloniais cuja língua teria sido arrancada.

Muitas dessas postagens apresentam propósitos nobres, como o empoderamento de minorias pela substituição do vocábulo popular em uma cognição mais aberta às diversidades, mas se encontram atreladas ao uso de informações falsas a cerca da etimologia de palavras e expressões da língua portuguesa. Essas conteúdos atuam como parte de uma disputa por

¹ Trabalho apresentado no painel 22 - Estudos Linguísticos/literários e Computação no âmbito das Humanidades Digitais, do XVI Simpósio Nacional da ABCiber – Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura. Universidade Federal de Santa Maria/RS, realizado nos dias 04 a 07 de dezembro de 2023.

² Graduado em Comunicação Social (UFT) e Licenciatura em História (CLEUCAR), cursando mestrado em Comunicação e Sociedade (UFT). E-mail: comunicador.abilio@gmail.com

poderes simbólico e legitimidades para se imprimir à fala, e por consequência, à cognição e visão de mundo de seus falantes, perspectivas de seus veiculadores. Através dessas, busca-se, muitas vezes, censurar ou manter expressões ou até mesmo imprimir uma postura colonial, sob caráter civilizatório, sobre os legítimos falantes da língua do povo. Para Delmazo e Valente, *Fake News* (um dos mais presentes arquétipos das desordens informacionais) relacionam as mensagens com o domínio do poder, a autoridade, não necessariamente com a intenção de propagar um conteúdo falso, mas buscando obter benefícios ou capitalizar sua publicação de forma política ou econômica (DELMAZO & VALENTE, 2018, p. 153). Tais intenções são notórias quando ao se tratar de desordens informacionais em tempos de eleições, mas sua percepção fica difícil de ser visualizada em algo como mudar “Cuspido e escarrado” para “Esculpido em Carrara”, mudança parece trivial à primeira vista; confere-se a visão de quem ninguém ganharia nada ao tentar mudar elementos da língua, carecendo de um exame mais profundo.

A língua é um dos elementos de identidade mais fortes de um grupo, sendo usada como argumento para a definição de identidades nacionais. A linguagem oral e verbal carrega elementos de conexão do povo com sua história e seu ambiente, transmitindo uma estrutura complexa de informações que ultrapassa a literalidade nas palavras daquele idioma e indo além do contexto geográfico de sua produção, mas exprimindo uma ancestralidade coletiva do determinado grupo falante. Isso se deve ao fato de que a comunicação dá-se em camadas, onde aqueles que não fazem parte daquele contexto (local e histórico) são capazes de perscrutar apenas parte da mensagem, utilizando-se somente do artifício do idioma em questão (BELTRÃO, 1980, p. 28).

Dentre os artifícios da linguagem há aquilo que Beltrão (1980) considera como Folkcomunicação, o processo pelo qual um transmissor, inserido em um determinado contexto cultural, social e local, transmite mensagens cuja compreensão total só é possível para outro indivíduo que também esteja inserido no mesmo supracitado contexto. O autor considera ainda que essa estrutura de comunicação é como um código criptografado, ao qual

só se é possível decodificar tendo a chave de acesso. Tal chave de acesso é a própria convivência prolongada, a imersão em nível antropológico com tais grupos, e não apenas a mera compreensão gramatical do idioma. Nessa medida, cada população possui camadas de linguagens próprias, inacessíveis ou mais distantes dos indivíduos de fora deste coletivo, e que preservam sua identidade.

Toda forma de herança cultural de um povo demonstra, de alguma forma, a história pela qual este se relacionou com seus ambientes e interações passadas e isso não é diferente no que tange a língua. Conforme argumenta Saussure (2017), a análise de uma língua de forma diacrônica constata suas mudanças por meio de processos internos, como mudanças vocálicas (palatalização de fonemas, nasalizações, contrações...) e externos, que incluem os contatos deste respectivo grupo com outras culturas. Em análises sócio-linguísticas, é possível também compreender influências políticas para além do pensamento tradicional de Saussure, onde tais influências históricas demonstram relações cotidianas de poder, disputas de narrativas (internas àquela população) e, por aceitação ou rejeição, um modo de perpetuar a forma de agir, sentir e pensar desse grupo. Para Deutscher (2010), a língua também demonstra a forma de pensar de um povo em sua cognição, uma vez que aprendemos como pensar e como entender o próprio mundo em que vivemos através do aparato da comunicação. Entende-se então a língua como um dos possíveis arcabouços comunicativos, que tem como unidade básica as palavras e expressões. Deutscher explica que nossa cognição é construída através da linguagem pela qual aprendemos e, em uma relação de retroalimentação, também incluímos à língua nossa forma de interpretar o mundo. Na perspectiva do autor, palavras e expressões nascem, inicialmente, da relação dos indivíduos com o mundo material, mas se transformam e evoluem conforme suas experiências sociais, ao mesmo tempo que ensinam ao indivíduo sobre a forma de uma determinada comunidade, unida por laços linguísticos, sua percepção de si mesmos, enquanto grupo e como indivíduos, suas concepções abstratas e de seu ambiente, material e simbólico (DEUTSCHER, 2010, p. 12 a 16). Isso ocorre porque arcabouços gramaticais, palavras e expressões possuem uma história.

O estudo da origem das palavras é chamado de etimologia, um campo interseccionário entre linguística, história e antropologia, que investiga não somente a origem histórica das palavras como busca explicação e significados aos múltiplos sentidos expressos por estas, analisando os elementos constituintes destas e suas relações com o tempo, localidade e por comparações entre outras línguas. É comum que, ao buscar-se saber o verdadeiro sentido de uma expressão ou sua forma originária de aplicação (o que não necessariamente se relaciona a uma forma correta ou incorreta), recorra-se à etimologia. A questão é que esta, bem como outros campos do saber, também vem por sofrer com propagações de desinformação, que sempre existiram, mas que se tornaram imensamente mais recorrentes na última década, com a popularização da internet. A pseudo-etimologia vem sendo utilizada e amplamente difundida, inclusive em meios acadêmicos, através do uso de desordens informacionais, muitas vezes com propósitos políticos.

Desordens informacionais são, segundo a definição de Wardle e Derakhshan (2017, p. 12 a 15), “fenômenos complexos da poluição informacional”, baseados na propagação de informações falsas, muitas vezes misturadas à informações verdadeiras, ou ainda da veiculação de informações factuais verdadeiras, todavia com um viés que propaga uma falsa perspectiva sobre tal aspecto. Galhardi (2020, p. 4203), identifica como *Fake News* “a produção e propagação massiva de notícias falsas, com objetivo de distorcer fatos intencionalmente, de modo a atrair audiência, enganar, desinformar, induzir a erros, manipular a opinião pública, desprestigiar ou exaltar uma instituição ou uma pessoa, diante de um assunto específico, para obter vantagens econômicas e políticas”. Todavia, de Wardle e Derakhshan (2017, p. 12), adicionam, discordando que o conceito de propagação de falsas informações resume-se às *Fake News*, tanto pelo uso do conceito-chave (notícia), como pela forma de difusão da era da internet, que se reinventa e cria novos aspectos de retransmissão a cada notícia. Assim, os autores preferem centrar-se nos conceitos de desinformação e informações falsas ou de caráter meramente malicioso. Algo que todos estes autores têm em comum é a preocupação com os aspectos da publicação: Quem produziu, como veiculou e,

principalmente, com qual intenção.

Uma vez que a chave de decodificação do código de folkcomunicação, descrito por Beltrão (1980, p. 27 a 29), se encontra junto à cognição deste povo, inacessível à outrem, mesmo que em domínio da normal culta da língua, surge como única possibilidade a estes “criadores de conteúdo” a artimanha de provar como incorretos os legítimos falantes, fazendo passar por energúmenos (que não saberiam em verdade como falar sua própria língua e a teriam, de alguma forma, “corrompido-a”) ou até mesmo implicando que tal palavra ou expressão possui uma “origem secreta”, afirmando que sua essência está conspurcada por um “passado sombrio”, de forma que deveria não ser mais utilizada.

No mesmo sentido, é importante ressaltar que a compreensão de tais esforços em favor de mudanças da língua não são necessariamente o problema em questão, mas o uso de desordens informacionais para este fim. Mudanças linguísticas ocorrem a todos os idiomas e dialetos, conforme elenca Saussure (2017, p. 132 a 133), podendo ocorrer por motivos internos, físicos ou sociais, o que inclui motivos políticos. O que caracteriza o esforço como uma desordem informacional é o uso de publicações com falsos conteúdos e isso sempre se conecta aos interesses políticos do publicador, seja para empoderar uma parcela minoritária (como no caso de expressões erroneamente tratadas como preconceituosas) ou para desmerecer a herança cultural e o conhecimento de grupos marginalizados sobre sua própria fala (como no caso dos fenômenos de falsas “correções” de expressões idiomáticas).

Dessa forma, as desordens informacionais etimológicas contribuem para uma disputa política de legitimidade (ou deslegitimidades) e autoridades sobre a identidade dos falantes, ainda que não de forma definitiva, mas somativa a outros campos de disputa. Esse embate se reinventou através da internet, principalmente com o advento das redes sociais, seja para reafirmar processos coloniais, sob a alcunha de “civilizatórios”, ou realmente buscando empoderar os marginalizados, ainda que sob o uso de ferramentas errôneas. Ainda assim, sabe-se que o enfrentamento às desordens informacionais de qualquer tipo está longe de acabar, sendo uma área sobre a qual ainda cabem diversos estudos.

Palavras-chave:

Desinformação; Falsas etimologias; Disputa política na língua, Identidade linguística.

Referências Bibliográficas:

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação:** A comunicação dos marginalizados. São Paulo: Cortez, 1980.

GALHARDI, Claudia. Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 25. Pp. 4201-4210, Out. 2020.

DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, Lisboa, vol. 18, Pp. 155-169, Mai, 2018.

DEUTSCHER, Guy. **Through The Language Glass:** Why The World Looks Different in Other Languages. Nova York: Metropolitan Books, 2010.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder:** toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Strasbourg: Council of Europe, out. 2017.

SAUSSURE, Ferdinand. Nature of the Linguistic Sign and Synchronic and Diachronic Law. In: ERICKSON, P; MURPHY, L. **Readings for a History of Anthropological Theory.** 5ª edição. Toronto: Toronto University Press, 2017. Pp. 127-136.